



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680112 - SP (2021/0219021-8)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PAULA MANZELLA ROMANO - SP323945
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARLI APARECIDA DE OLIVEIRA (PRESO)
CORRÉU : DONATO SANTANA CRUZ
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por MARLI APARECIDA DE OLIVEIRA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (n. 2220220-06.2020.8.26.0000).

A paciente foi condenada pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006. O Tribunal de origem, no julgamento de revisão criminal, reduziu as penas para 6 anos e 8 meses de reclusão e 666 dias-multa.

Sustenta a impetrante, em síntese, a insuficiência de provas para a condenação da paciente.

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos da condenação. No mérito, pugna pela absolvição da paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A verificação da negativa de autoria demanda reexame de fatos e provas, procedimento incompatível com a estreita via do *habeas corpus*.

Deve a questão ser dirimida no trâmite da instrução criminal. Confira-se precedente sobre a matéria:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGA, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO.

EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. TEMA NÃO ALISADO PELA CORTE DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE DA CONDUTA. ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE AUTORIA. REVOLVIMENTO DE PROVAS. VIA INADEQUADA. RECURSO NÃO PROVIDO.

[...]

4. A tese de negativa de autoria exige o revolvimento do conteúdo fático-probatório, o que é inviável na via do habeas corpus.

5. Agravo regimental não provido. (AgRg no HC n. 580.801/BA, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 21/9/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente